

OS SINDICATOS DEVEM SER LIVRES

da interferência do governo e dos partidos

RESPONDENDO AOS INIMIGOS DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES, NA CAMARA FEDERAL O DEPUTADO SOCIALISTA JOAO MANGABEIRA PULVERIZA AS EMENDAS DOS COMUNISTAS

Falando na Câmara Federal, para combater emendas oferecidas ao projeto de lei de organização sindical, o companheiro João Mangabeira proferiu o seguinte discurso:

O projeto de lei sindical só recebera dos Senhores deputados a emenda, o que a Comissão deu parecer contrário. A Comissão de que faço parte, como relator, apresentara outra emenda. Nessas condições, o sabendo que os deputados comunistas, pelo que eles próprios me haviam declarado, desejavam examinar o projeto e apresentar emendas eu me guardava para — depois de votado o projeto nesta discussão, digamos preliminar — na outra discussão, quando o debate fosse mais largo, nele interferir, em último lugar, fazendo a defesa do projeto, até onde as minhas forças me permitissem e, deixando, como pretensão, absoluta e irresponsavelmente demonstrado, que nela se redime, ao mesmo tempo, o trabalhador da pressão do Governo como se encontra, e da intervenção, também às vezes dominadora, das cliques partidárias que submetem ao seu capricho político, pelas horas tardias da noite, as assembleias dos trabalhadores então desfalcadas. Mas como surpresa minha vi que os dois deputados que no debate intervieram — parece incrível — não haviam sequer lido o projeto, ou, se leram, leram muito mal, porque os equívocos são de fato, os erros são materiais e não deixam margem a dúvida alguma, nem se podem cobrir com qualquer doutrina ou teoria nenhuma.

O Deputado Pedro Pomar contra o projeto articulou três arguições: a primeira, é que ele abolia ou, pelo menos cerceava a liberdade do trabalhador. A tanto não chegou o seu apanteante, o Deputado trabalhista Antonio Silva.

Mas, senhores, o projeto começa exatamente por estas palavras: "As pessoas da mesma profissão ou da mesma atividade economica poderão associar-se sob a forma de sindicato".

Se a forma é permissiva, a de que os profissionais, que exercem a mesma profissão podem entrar ou sair dos sindicatos, constituídos sob a base profissional ou industrial, é evidente que a liberdade sindical do trabalhador está plenamente assegurada. Se não sou obrigado a participar de um sindicato; se, não fazendo parte de um sindicato, nenhum direito específico meu é desrespeitado, óbvio que a minha liberdade está garantida. E, já agora eu digo — garantida de modo largo e talvez contrário às correntes operárias do mundo moderno. Já não quero me referir ao regime russo notem bem; quero referir-me ao regime inglês e aos de outros países, que seguem o modelo da Inglaterra.

A tendência das "Trade Union" atuais, defendida nos Congressos é a de que todo operário deve fazer parte do Sindicato, porque não é justo que elas lutem através dos anos contra os potentados — os da política e os do dinheiro — e continuam a lutar, para que displicentes, que na luta não entraram, que para ela não contribuíram, gozem

fruem das mesmas conquistas que os outros alcançaram à custa de um longo e duro esforço.

Não pensam de outra maneira as grandes associações trabalhistas americanas. Mas, no país talvez de organização operária, neste instante, mais perfeita na Austrália, os trabalhadores, até certo ponto, exigiram a lei, e tiveram essa espécie de limitação da liberdade.

Mas pela irrestrita liberdade argumentou o nobre Deputado, valendo-se do art. 159 da Constituição; mas valendo-se apenas de parte deles.

Esse dispositivo diz que "é livre a associação profissional ou sindical", mas acrescenta, o que o Deputado Pomar omitiu: "será regulada por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas e o exercício de funções delegadas pelo poder público". Não há liberdade indefinida. A liberdade indefinida é uma abstração.

A liberdade é sempre a faculdade de exercício de um direito regulado por lei. Por isso a liberdade é precisa, definida, limitada.

Mas se para mim é assim, muito mais deverá ser para um Deputado comunista, para um marxista, leninista, que deve ter como um dos seus livros de cabeceira — que ha de ser lido e relido, porque eu o tenho lido e relido, e não sou marxista, leninista, stalinista — o livro básico de Engels o "Anti-Dühring".

Se o nobre Deputado o leu e releu com a atenção que ele merece, não lhe deve ter passado despercebido o seguinte trecho: "A liberdade de expressão de opinião é a base da liberdade de pensamento e da necessidade.

A necessidade sem compreensão é cega. Essa liberdade, vaga, indefinida, contra as leis da natureza, esse sonho não existe. Tudo está em conhecer as leis da natureza e fazê-las atuar para objetivos determinados.

E isso se verifica, dizia ele, tanto no mundo exterior, como do mundo psíquico do homem.

Assim, na opinião dele a liberdade da vontade não é senão a faculdade de decidir com conhecimento de causa. Depois de desdobrar essa tese de maneira admirável, conclui por dizer que a liberdade é a soberania que temos sobre o mundo exterior e o de nós mesmos, pelo conhecimento das leis necessárias da natureza. A liberdade é portanto, produto da evolução histórica. Quer dizer: essa liberdade ilimitada não existe no mundo físico; não existe no psíquico; muito menos existe no campo da sociologia ou do direito.

Um Deputado comunista, leninista, marxista, stalinista, um leitor assíduo de Engels, num livro básico da doutrina como o "Anti-Dühring" não pode admitir a liberdade sem limites, porque no mundo físico da natureza, no mundo psíquico do homem, no mundo sociológico do direito ela é sempre limitada pelas situações que a determinam e a regulam. Pelo projeto, como se verá incipientemente, o capitalista não explora, nem pode explorar o trabalhador. Mas se o direito assegurado pelo projeto é o de poder o trabalhador fazer parte ou não do sindicato, deu-se-lhe a liberdade máxima que se lhe poderia dar. Mas, uma liberdade que não dá ao trabalhador o gozo de certos privilégios, não lhe pode também deixar de impor a execução de certas obrigações.

Devo lembrar, no momento, uma sentença proferida pelo Presidente da alta Corte de Justiça da Austrália (Continua na 2.ª pág.)

PELA EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA AOS TRABALHADORES RURAIS

Secundando os esforços que o Partido Socialista vem desenvolvendo no sentido da elaboração de um programa agrário elaborado em bases socialistas, o deputado Hermes Lima apresentou à consideração da Câmara dos Deputados, um projeto de lei estendendo aos trabalhadores rurais os benefícios consubstanciados na legislação trabalhista.

O projeto do comp. Hermes Lima será mais uma prova de fogo para a Câmara dos Deputados. Através da luta que em torno do mesmo se travar, poderá o povo ver se os Deputados que têm assento no Palácio Tiradentes são de fato representantes do povo, ou dos interesses da classe dominante.

Os trabalhadores da cidade já tiveram a prova concreta de que o parlamento é, em sua grande maioria composto de membros das classes dominantes, uma vez que até hoje não se preocuparam em votar aquelas leis que favorecem o proletariado. Veremos agora se a velha e decadente aristocracia

possui forças suficientes para impedir a aprovação desse projeto socialista.

Tudo pela extensão, aos trabalhadores do campo, dos direitos trabalhistas!

NOSSOS RUMOS

O PARTIDO SOCIALISTA, tem seu rumo traçado — o rumo do seu programa. Sabe que tem de pelear entre dois fogos: o da reação e o dos comunistas. Mas sabe igualmente que a mensagem de redenção democrática, pela qual o povo espera, não lhe poderá ser trazida senão por um Partido REVOLUCIONÁRIO E DEMOCRÁTICO como o nosso, em que a libertação econômica do homem se acha indissolúvelmente ligada à sua liberdade política e à sua liberdade de consciência.

HERMES LIMA

DECIDE-SE, NA ONU, A SORTE DA DEMOCRACIA ESPANHOLA

A atual assembleia da Onu revestiu-se de importância transcendental para o povo espanhol. De fato, numa aliança unânime, todos os países latino-americanos representados na assembleia, pela voz de seus delegados, manifestaram e vivam vitoriosos o desejo de que a resolução adotada pela ONU no sentido de que fossem retirados os representantes diplomáticos juntos ao governo franquista, fosse revogada. Numa palavra, procuravam os países sul-americanos, inspirados pelo governo norte-americano, fazer com que o poder do ditador espanhol fosse reforçado, pelo apoio que lhe será prestado pelos países americanos.

A manobra tática que se desenvolve na ONU, no sentido de perdoar os crimes de Franco contra a República e a Democracia espanhola, é apenas um aspecto da luta geral entre os Estados Uni-

dos e a Rússia. Na verdade, o que os Estados Unidos visam com a revogação da decisão da ONU é abrir o caminho para a inclusão da Espanha no pacto do Atlântico, fechando assim qualquer brecha que pudesse existir na barreira que estão erguendo contra a RSS. Defendendo essa política de apoio e perdão a Franco, o que na realidade os Estados Unidos fazem por um lado, é dar chance à Rússia para que ataque ainda mais o ocidente, e por outro lado, é fortalecer os ditadores que, nos países do ocidente prestam-se às manobras de Washington.

Se a política dos Estados Unidos não leva em consideração os interesses do povo espanhol, no sentido de uma marcha para a democracia e abolição da ditadura caudillesca, a política da Rússia, ao combater a proposição dos (Continua na 4.ª pág.)

do problema da liberdade e da necessidade. E há de lembrar-se de que — depois de criticar a exposição de Dühring, demonstrando as condições de suas definições e que ele estava deturpando a doutrina hegeliana — afirmava Engels que a base da liberdade está na compreensão da ne-



Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedroso d'Horta
Gerente:
Fébus Gikovate

ANO II — 15 DE MAIO DE 1949 — N.º 27
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça do Sé, 237-2.º and.
Telefone 3-2520
SÃO PAULO — BRASIL

O Partido Socialista em face da situação política nacional

Falando à imprensa, o companheiro deputado Domingos Veloso fez há dias as seguintes declarações: — "No exome da situação política nacional, é claro que me preocupo mais com a posição do P.S.B. Partido pobre e de gente pobre, ele não tem recursos para editar um grande jornal ou montar uma estação de rádio, contando apenas com pequenos semanários, publicados pelos órgãos do partido, em vários Estados, inclusive em São Paulo, onde circula o 'Folha Socialista'. Esta situação de inferioridade, se, por um lado, dificulta a difusão de nosso pensamento político, por outro não deixa à mercê dos nossos adversários que deturpam, banalham e confun-

dem, proposadamente, as nossas idéias e atitudes. Chamo a sua atenção para este fato, porque, à medida que se aproxima a sucessão presidencial, estamos vendo o reedição das mesmas inverdades que nos foram assacadas, às vésperas dos outros pleitos, pelos nossos adversários. E, agora, com mais virulência, porque, cada vez mais, se faz sentir a crescente prestígio popular do P.S.B., graças à indiscutível decência da sua conduta política e à inabalável fidelidade ao programa do partido mantida pelos seus representantes nos órgãos legislativos, em todo o país. Quem vota em nosso partido tem hoje a certeza de que vota num partido decente, que

expulsa de seu seio todo indivíduo que, eleito por ele, trai a confiança dos que o elegeram. Em São Paulo mesmo, a direção do partido expulsou dois vereadores que pretendiam fazer politicagem, sob a legenda socialista. Em Sergipe fez-se a mesma coisa com outro vereador.

"Outros partidos têm um programa escrito no papel, que os próprios filiados ignoram. O nosso programa é uma convicção que nos orienta, em todos os momentos. Acreditamos na sua eficácia, na sua excelência. Ele não é um pedaço de papel. Nós vivemos o nosso programa".

(Continua na 4.ª pág.)

TRIBUNA DE DISCUSSÃO SOCIALISTA

U. D. N. - PARTIDO SOCIALISTA - P. C. B.

- II -

Se a distinção que tentamos fazer, no artigo anterior, entre os partidos liberais democratas e os socialistas foi possível graças à evidência bem clara das atitudes que aqueles assumem para com a democracia, quando o movimento operário ameaça seus privilégios de classe, bem mais difícil torna-se precisar a diferença existente entre os partidos socialistas e comunistas, em virtude da demagogia anticapitalista usada por esses últimos e por passarem eles, aos olhos de muitos, como os depositários dos ensinamentos daqueles revolucionários que, em 1917, encheram de esperanças os corações de todos os que lutavam pelo socialismo.

Da mesma maneira que no artigo anterior, as nossas referências ao P.C.B. não implicarão numa distinção entre nós, socialistas brasileiros e aquele partido, mas numa diferenciação bem nítida entre a posição dos socialistas e dos comunistas, em geral. De fato, os comunistas brasileiros não se encontram desligados, em sua tática política, do movimento comunista internacional. Eles são, apenas, os representantes brasileiros da tática geral do stalinismo que procuraremos caracterizar aqui, e todas as suas ações, todos os seus erros e todos os seus crimes explicam-se em função de tática geral que anima os comunistas de todo o mundo, e não pelos erros ou trações dos líderes do P. C. B. Desconhecer a associação íntima que existe entre as táticas políticas do P. C. B. e as dos comunistas dos demais países, é ignorar completamente o que seja o movimento stalinista em particular e comunista em geral. Não é possível, na base de um conhecimento mais ou menos profundo do do que seja hoje em dia o comunismo, fazer uma separação entre as táticas dos "comunistas brasileiros" e as dos "comunistas internacionais", procurando justificar essas últimas pelo anátema que se lança contra os líderes do P.C.B. Ambos, o "comunismo brasileiro" e o "comunismo internacional", são partes idênticas de um mesmo todo que é a tática geral stalinista, que desde a morte de Lenine vem sendo posta em prática em todo o mundo, redundando em grandes prejuízos para o futuro do movimento operário, à custa de enormes vantagens para a URSS.

A separar-nos dos comunistas, existente primeiramente a concepção que temos do partido operário, de sua missão e sobretudo, o que entendemos por ditadura do proletariado.

Para os bolchevistas - trotskistas e stalinistas - o partido comunista constituiu-se como a vanguarda esclarecida do proletariado, isto é, é formado por aqueles elementos saídos da classe operária, que chegaram a ter um conhecimento dos problemas sociais e a consciência de que o antagonismo existente entre a burguesia e o proletariado somente será resolvido através da política preconizada pelo marx-leninismo. Como vanguarda esclarecida, cabe

ao partido comunista conduzir o proletariado à tomada do poder político, que é o passo necessário para a transformação socialista da sociedade capitalista.

Essa concepção do partido como uma vanguarda, contém em si uma contradição sumamente perigosa para o movimento operário. E' que, constituindo-se como a "vanguarda esclarecida" do proletariado, o partido comunista vai, aos poucos, isolando-se dos interesses da massa e concentrando todos seus esforços na tomada do poder político que, de meio que era, no início, para a realização do socialismo, transforma-se no fim mesmo do partido bolchevique.

A afirmação que fizemos acima de que a concepção bolchevista de partido conduz a um isolamento do partido

dos interesses da massa, poderia parecer paradoxal e mesmo gratuita, se levarmos em conta a aparente identificação que existe entre o partido comunista e a massa operária em geral. Essa identificação, no entanto, é apenas formal. Na verdade, considerando-se a "vanguarda esclarecida" do proletariado, os dirigentes bolchevistas são levados cada vez mais a identificar os interesses do proletariado com os interesses do partido, quando o contrário é que seria o certo e verdadeiro. Essa inversão da função do partido ocorre em virtude mesma dessa concepção de "vanguarda": reunindo o partido comunista a minoria esclarecida do proletariado cabe, naturalmente, a essa minoria conduzir o proletariado aqueles fins que ela, minoria, entende deverem ser os fins a que o pro-

letariado quer ser conduzido. Numa palavra, o que sucede é termos uma minoria falando em nome da classe operária, que para tanto não lhe deu delegação.

Poder-se-ia alegar, como o fazem os trotskistas, ausinando os stalinistas do disvirtuamento do bolchevismo, que na medida em que o centralismo democrático funciona, é possível ao partido servir de fato aos interesses da classe operária, uma vez que o vertice está sujeito ao controle da base que é, sua maioria, formada de trabalhadores.

Na sua pressa de salvar o bolchevismo de uma condenação que já lhe é imposta pela história, esqueceram-se os trotskistas de que permanecem de pé os princípios mesmos do bolchevismo, ainda quando o centralismo democrático funcione como uma máquina

sem azeitada. Isto é, continuam os militantes do partido a julgarem-se no direito de falar em nome do proletariado, uma vez que esse não tem consciência política e eles, bolchevistas, são os esclarecidos, cabendo-lhes dirigir a classe operária. Não julgamos necessário insistir no fato dessa concepção representar uma completa inversão daquilo que deve ser realmente a função de um partido político operário. No campo da classe capitalista, vemos que os partidos existem na medida em que representam os interesses da burguesia e que, nunca, essa deixou-se dirigir por seus partidos. De uma maneira geral os partidos políticos existem apenas para tornar realidade prática aquelas aspirações concientes das diversas classes sociais em conflito.

(Continua na 4.ª pag.)

Os Sindicatos devem ser livres...

(Conclusão da 1.ª pag.)

trália. Griffith que, como Deputado, havia proposto tantas leis em favor do operariado, falando como Chief Justice, dizia julgando o caso United Grocers of Victore versus Linoker, que a lei não pode deixar de intervir, porque concede às organizações sindicais e seus membros "uma soma de direitos que não são meramente direitos entre si mas contra o público". E se o Estado isto concede, enquanto estivermos sob o estado de direito a liberdade, o exercício dessa faculdade tem de ser controlado por lei.

E como no projeto se regula a questão da liberdade? Ele começa como já vimos, com estas palavras "Podirão associar-se todos..." Porque quem não quer se associar não se associa. Se V. Ex. não quiser associar-se não se associa. Se eu me quero sindicalizar, sindicalizo-me. A liberdade é perfeita. Os princípios constitucionais assegurados ao indivíduo estão absolutamente garantidos. Ninguém me pode impor entrar para um sindicato. Logo, é o contrário do que afirma o nobre Deputado que não leu com cuidado, nem sequer o artigo 1.º, nas suas palavras iniciais: "os profissionais poderão associar-se".

Depois levantou S. Exa. a questão do imposto sindical. Ai é que notei que o deputado trabalhista também não lera o projeto, não estava a par da situação, tal como no momento ele se encontra. Suscitou o Deputado Pomar a questão da contribuição trabalhista, dizendo que era roubo feito ao trabalhador em benefício dos patrões; que os trabalhadores protestavam contra tal imposto.

Realmente, os trabalhadores protestam contra tal imposto estabelecido na legislação vigente, mas sobretudo o fazem, e ai é que o Deputado comunista tem razão — pela delapidação, pela roubalheira dos dinheiros sindicais ostentadamente malbaratados, pelos que os manejam e pelos que deles decidem.

Que faz o projeto? E agora o erro é de fato. Que faz o projeto com a emenda apresentada por mim, aceita unanimemente pela sub-comissão e pela Comissão de Leis Complementares? Determina, na emenda primeira, que a lei vai ser incorporada, se aceita por esta Câmara, que o empregado e o trabalhador autônomo, estão livres de pagar a contribuição sindical, bastando que pague uma mensalidade fixada pelo estatuto do seu sindicato. Apenas conservo a imposição para o empre-

gador. Neste caso, estaria talvez certa, apresentada pelo Deputado Lafer ou pelo Deputado Lodi, a emenda supressiva, apresentada por um deputado comunista, não. Não, não e não! Eu, socialista, nunca apresentaria emenda que livres o capitalista de uma imposição criada por lei e destinada a beneficiar o operariado. Não! Essa emenda poderia ser apresentada por um capitalista; por um representante do operariado, não.

O Sr. Tristão da Cunha — Dessejava-me desse uma informação: Os operários não quizeram se sindicalizar — porque pela emenda de V. Ex. a sindicalização é livre, só se sindicaliza quem quer — ficam obrigados a pagar esse imposto?

O SR. JOÃO MANGABEIRA — Ficam.

O Sr. Tristão da Cunha — E' isto que acho absurdo.

O SR. JOÃO MANGABEIRA — Esta pergunta está certa feita por V. Ex., que vem de um mundo morto, um mundo numificado e desaparecido quasi da face da terra, mundo do qual V. Exa. é um dos raros avatares. Não estaria certo feita por um Deputado comunista. Mas dou agora resposta aos dois ao mesmo tempo.

E' que tive de considerar desigualmente casos desiguais. A sarta do capitalista não é igual à do operário; e por esse motivo mantenho ao capitalista a contribuição atual e liberto ao seu pagamento o operário, que contra ela reclama.

E o incrível é que esteja respondendo a um Deputado comunista, e para mostrar que ele não situou bem a questão de fato. Errou, por desconhecer completamente esta emenda. Do contrário, não se levantaria, pedindo a supressão do artigo, que hoje grava tão somente o capitalista e liberto do gravame o proletariado.

Por fim, S. Exa. estranhou que o projeto desse voto ao analfabeto e ao menores, mas não permitisse que o analfabeto e o menor pudessem ser votados.

Senhores, a situação é de fato. O analfabeto pode votar, e para isso o projeto determina que a cédula tenha marca registrada, como nas eleições políticas em que vota o analfabeto. Mas o analfabeto não pode ser votado, não pode ser diretor de uma assembleia, por incapacidade física para o exercício do cargo. O diretor de uma assembleia, um membro da Mesa, ao menos deve saber o resultado de uma votação, assinar a ata de assembleia e um officio de

comunicação ou informação ao Poder Público. Se não sabe ler o nome, o que lhe impede o exercício desse cargo é a sua incapacidade física.

Quanto ao menor de dez, doze, quatorze anos, seja de que idade for, não pode ser votado, também por incapacidade física. Não tem capacidade civil, não pode exercer vários atos da vida civil. Não pode casar, não pode ser testemunha, não pode abrir mão de certas garantias operárias, salvo mediante consentimento do pai ou tutor. E não tendo ele capacidade civil, também não tem responsabilidade criminal. Se tem doze ou quatorze anos e der um desfalque, por exemplo, não poderá ser processado por crime.

Aqui está com o que não etinuo o Deputado comunista: atinuo, porém, o socialista, que não pode equiparar coisas ou situações desiguais.

Neste ponto, volto novamente a Engels, quando nos diz que a incerteza provém da ignorância; e a insegurança, que faz que pareça que se tem livre arbítrio na escolha de várias decisões contraditórias, resulta, exatamente do desconhecimento da questão determinada. Neste caso, o homem não é livre porque não domina o assunto mas é por ele dominado. Foi o que se deu com o nobre Deputado.

S. Excia. não dominou o assunto, ao contrário: foi por ele dominado. Como ignorava as condições de direito e de fato, veio censurar o projeto, porque ignorava que não podia ser diretor um menor que nem sequer, na prática de um crime, num caso de desfalque, por exemplo, podia ter responsabilidade criminal; e diante da lei civil não tinha capacidade para exercer vários dos atos indispensáveis ao desempenho de qualquer cargo em sociedade, seja ela qual for.

Bem veem, portanto, os Srs. Deputados, que a questão versou, sobretudo, porque, orador e aparteante, falavam sem conhecimento de causa; não tinham exatamente aquela liberdade, de que nos fala Engels, aquela capacidade de resolver com conhecimento de causa.

De sorte que, nestes termos, não tenho mais nada a dizer sobre o projeto. Espero mais ampla discussão, mais largo debate, e, então, demonstrarei, até os últimos limites da evidência, que, Deputado socialista, o Partido que represento, tratou da libertação do operariado, mas libertação de verdade, não do operário submisso a déspotas, mas à lei votada pelos representantes do povo.

Engana-se, portanto, redondamente, quando nos censura o Deputado comunista.

Por isso, protesto contra o estado atual em que se encontram os sindicatos; protesto contra a desgraçada situação em que vejo um homem, como o Sr. João Muniz, que não é um cínico, mas um homem de bem, e que todavia, como quasi todos os diplomatas, conhece o estrangeiro, conhece o mundo, mas ignora o Brasil; protesto contra uma situação de embuste e mentira em que um homem dessa ordem, representando o Brasil, declara numa assembléa, que entre nós, os sindicatos só existem depois de 1930, quando ali está o Sr. Deputado Benício Fontenelle, cujo sindicato é 1916; quando todo o mundo sabe que muito antes de 1930 houve uma grande vida sindical. O sindicalismo dos textis chegou a ter perto de 50 mil associados. Era um grande poder o sindicato dos gráficos. Um grande sindicato era o dos marítimos, cuja greve, de Sul a Norte do país, foi declarada por Pergentino Alves. Ai está o Deputado Antonio Silva, filiado muito antes de 30 ao grande sindicato dos padeiros, cujos grevistas tiveram por defensor o professor Castro Rebelo, cujo nome foi, há pouco, vetado pela baçoalidade do Governo da República.

Nestas condições, é deplorável que um representante do Brasil no Exterior minta, minta sem querer, mas minta contra a verdade material dos fatos, minta contra a História potestada nos documentos. História consubstanciada em processos crimés e afirma que sindicalismo brasileiro nasceu depois de 1930. E acrescenta que existe, no momento, em nossa Pátria, liberdade sindical, quando os sindicatos estão de fato, ocupados pela Polícia.

Quando a ignorância num assunto determina erros dessa ordem, a pessoa deve ter consciência para no assunto não intervir. Quem não conhece as questões não as discute, ou então, se prepare para os debates.

Não há mais triste espetáculo do que estar na tribuna sem conhecer nem sequer os dados materiais da questão. E ao terminar ainda uma vez afirmo que o Deputado comunista, depois de em tudo errado, errou sobretudo ao censurar o Partido Socialista, que é e ha de ser o defensor: sereno e severo, intransigente e inflexível das reivindicações do proletariado e da sua liberdade verdadeira, dentro do âmbito do direito e dentro dos limites da Constituição.

NOTAS POLITICAS

O ESCANDALO DO CAFE'

Até o presente, o governo do general Dutra tem merecido o apóio unânime das classes dominantes no Brasil. E' um governo mais ou menos estável, que tem procurado executar uma política financeira equilibrada e cujo chefe se apresenta com o prestígio de uma "grande honestidade". Ao mesmo tempo, é suficientemente reacionário para garantir, do modo mais absoluto possível, o domínio de classe da burguesia brasileira. Não tem, portanto, nem mesmo os inconvenientes do governo de Getúlio, que, de vez em quando, a título de demagogia, fingia cortar um pouco nos interesses burgueses, para satisfazer às castas burocráticas ou fazer algumas minguidas concessões ao operariado.

Mas o recente escândalo do café talvez venha alterar a situação. Ele colocou o governo Dutra diretamente em choque com os interesses dos fazendeiros de São Paulo, que ainda constituem um dos grupos mais poderosos da burgue-

sia brasileira. Ao mesmo tempo, esse escândalo, com a agitação feita pela imprensa mais ligada aos interesses dos fazendeiros, em torno do assunto comprometeu muito o prestígio do governo. Aquela auréola de "honestidade" se desfez, ou, pelo menos, ficou muito apagada com a publicidade em torno do escândalo, que rebentou juntamente com outro não menos importante: o das refinarias de petróleo. O governo Dutra ficou desmascarado perante a opinião pública como um governo corrompido. Não interessa, para o caso, o fato de ser general Dutra, pessoalmente, honesto ou não. No governo de Getúlio, também raras foram as negociatas e bandalheiras praticadas diretamente pelo ditador. O fato é que, com ou sem a participação do general Dutra, no seu governo estão aparecendo grandes negociatas fraudulentas, iguais às do tempo do "Estado Novo" getulista, praticadas por gente de confiança do go-

vêrno e, portanto, o chefe dêste é responsável, por ação ou omissão.

O escândalo do café, causado pela venda feita pelo D.N.C. de grandes estoques do produto, contra os interesses dos fazendeiros paulistas e contra as promessas a estes feitas pelo general Dutra, pode alterar profundamente a situação política no país. Pode levar grandes setores da burguesia brasileira, especialmente os fazendeiros de São Paulo, a se colocarem em oposição ao governo e romperem todos os compromissos existentes, em torno de "acordos" e "pacificação" entre os chamados "grandes partidos". Como se vê, o governo Dutra mostrou mais uma vez a sua incapacidade, a sua inépcia, mesmo como administrador dos interesses burgueses, pois veio estabelecer a inquietação e a divisão, no seio da burguesia, no momento em que esta mais precisa de unidade, afim de preparar-se para as eleições no próximo ano...

O "trabalhismo" getulista à mostra

A imprensa vem noticiando como certa a candidatura do sr. Getúlio Vargas à presidência da República, no próximo ano. Segundo o noticiário, o ex-ditador lançaria a sua plataforma eleitoral com grande propaganda, definindo a posição do "trabalhismo". Esta posição seria a de combate simultâneo ao socialismo e ao capitalismo, por uma solução "intermediária".

De nossa parte, acreditamos que esta será, de fato a continuação da propaganda getulista nas próximas eleições. E' a única possível, porque é a da orientação que sempre seguiu o ex-ditador, como todos os caudilhos que estudaram na cartilha fascista. Dirige-se a propaganda de dois lados, ao mesmo tempo: de um lado para a burguesia, conquistando as suas boas graças com a luta "contra o socialismo" (e, de passagem, com isso se agrada o grosso do clero brasileiro, que é anti-socialista e largos setores das timoretas classes médias); de outro lado, para o proletariado, que hoje forma uma grande massa eleitoral, conquistando as suas boas graças com a luta "contra o capitalismo".

Esta história de "posição intermediária" não é novidade. Os falecidos srs. Mussolini e Hitler, os srs. Franco, Plínio Salgado e todos os "nacionais-socialistas" bateram na mesma tecla de propaganda. Também estes cidadãos eram "contra o socialismo e contra o capitalismo", queriam a "justiça social, realizada acima das classes, pela intervenção do Estado", concebido este como uma entidade abstrata. E em todos os países em que estes cidadãos foram ao poder, viu-se muito bem o que era a "solução intermediária" por eles preconizada: a ditadura declarada e terrorista do alto capitalismo contra o proletariado. E o Estado Novo getulista, mesmo, foi uma confirmação dêste fato, pois todos aqueles que não se deixaram enganar pela sovada demagogia do ex-ditador sabem muito bem que o seu governo foi um reinado paradisíaco para os tubarões da alta finança e para os negociatas de todos os matizes.

Vamos, portanto, acautelar os ingênuos contra a propaganda getulista que vai recrudescer, certamente.

ANTONIO

JUSTIÇA DO TRABALHO DE MENORES

Ninguém ignora que a fiscalização do trabalho realizada em São Paulo, pelo Departamento Estadual do Trabalho é muito deficiente. Seja porque o número de fiscais é insuficiente, seja porque são eles inativos ou corrompidos pelo regime da "bola", o fato é que a legislação trabalhista, apesar de assegurar minguidas conquistas aos trabalhadores, ainda assim não é cumprida por grande número de patrões. Um dos frutos dessa deficiência de fiscalização é a exploração intensiva do trabalho de menores, que se verifica presentemente em São Paulo. Um grande número de fábricas emprega menores fazendo serviços de adultos, às vezes em condições proibidas por lei, com salários reduzidos. Os menores são registrados como "aprendizes" e passam a receber às vezes menos do que a metade do salário pago pelo patrão a operários adultos que fazem idêntico serviço.

A exploração do trabalho de menores, que é um aspecto mais odioso do capitalismo, deve ser combatida energeticamente, por todos os meios possíveis. Pelos meios legais, podem os trabalhadores agir, de certa forma, muito embora não se possa confiar na Justiça do Trabalho que é, como já temos acentuado nestas notas, profundamente patronal. A lei estabelece que para trabalho igual deve haver salário igual. Assim, se o menor executa serviço idêntico ao de um operário adulto, com o mesmo rendimento e a mesma perfeição técnica, tem direito ao mesmo salário dêsse operário adulto. E, nesse sentido, pode apresentar reclamação perante a Justiça do Trabalho, pleiteando a equiparação de salários.

Os companheiros leitores de "Folha Socialista" que souberem de casos de menores trabalhando com salários reduzidos devem procurá-los e esclarecer este ponto, oferecendo-lhes a assistência jurídica que o Partido fornece a todos os operários interessados na luta em torno de reivindicações de classe.

CONSULTA

de Adélio Hipólito de Lima, de Araraquara: — A empresa está obrigada a pagar-lhe indenização, pela dispensa do emprego. Se o médico da própria empresa atestou que o companheiro está impossibilitado de trabalhar, esse fato não autoriza a sua dispensa do emprego, sem indenização. O companheiro poderá procurar a Caixa de Aposentadoria e Pensões, nessa cidade, para tentar obter a sua aposentadoria. Ou, se isso não é possível, deve insistir na reclamação trabalhista contra a empregadora, pleiteando o pagamento da indenização e aviso prévio, que no seu caso, deverá ser de seis meses de salário. A reclamação terá que ser processada no lugar onde trabalhava, perante o juiz de Direito da cidade. — ADVOGADO

TRIBUNA DE DISCUSSÃO SOCIALISTA

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES ESTADUAIS

As eleições de 1950 proporcionarão a renovação do Executivo e de boa parte do legislativo federal e do executivo e legislativo estaduais e municipais. Serão, pois, um pleito de extraordinária importância pública.

Para os socialistas, elas constituirão uma verdadeira prova de fogo, pois darão a medida do progresso que o nosso partido conseguiu, ou não, desde a sua constituição. Pela primeira vez, o eleitorado terá a oportunidade de escolher candidatos socialistas, sob a legenda do PSB, ao legislativo federal.

Pelo espaço de tempo relativamente curto de que dispusemos para a nossa propaganda; pelo fato de ser pequena a nossa representação na Câmara Federal, que além disso acumula as funções de direção do partido; pelos fraquíssimos recursos financeiros de que dispomos; e pelo que podemos avaliar em face da extensão atual de nossa influência — parece bem pouco provável que cheguemos a pesar, de

modo decisivo, no problema da escolha dos candidatos à presidência da República e ao governo dos Estados. Em muitos lugares, entretanto, decidiremos, e provavelmente conquistaremos os executivos municipais; e, além disso, e o que principalmente importa, poderemos eleger representações consideráveis às câmaras municipais, às assembleias estaduais e ao parlamento federal.

Temos a impressão de que os problemas relativos às eleições dos deputados estaduais e federais e dos vereadores municipais deverão preocupar-nos muito mais do que os referentes à escolha dos governadores de Estado e à presidência da República. Dado o tamanho orgânico de nosso partido e a extensão de sua influência, encontramos, ainda, principalmente em uma fase de propaganda de nossos princípios e do programa partidário. Desviar a atenção, no momento atual, para o jogo de que depende a escolha dos candidatos a go-

vernadores ou à presidência da República seria cismos, de cheio, no elitismo dos partidos burgueses, sem que pelo menos pudéssemos, como estes, colher os frutos podres do machobismo eleitoral.

Parece-nos importante marcar sobre esta tecla, porque já são sensíveis, dentro de nosso partido, os reflexos dêsse estado de espírito de acomodamento em torno à escolha de candidatos, que mantêm em verdadeira roda viva os dirigentes dos partidos burgueses. Não faltam, em nossos fileiras, companheiros dos mais qualificados que estejam, desde já, com a atenção inteiramente voltada para as indagações de quem deva ser o nosso candidato à governança estadual, de que nome apoiaremos como candidato à presidência da República.

Evidentemente, os estatutos partidários dão a atribuição de decidir sobre tais questões a organismos definidos, e só estes se pronunciarão, no momento

(Continua na pag. 7)

U. D. N. - Partido Socialista - P. C. B.

(Conclusão da 2.ª pag.)

Ora, como vimos, o bolchevismo, mesmo em sua forma "pura", como é hoje defendida pelos trotskistas, não representa esse papel, mas o seu contrário: ele faz da classe operária, em particular, e dos trabalhadores em geral, instrumento de sua política para a conquista do poder, ao invés de ser um instrumento dos interesses e aspirações desses mesmos trabalhadores.

O fato de termos a massa operária acompanhar e votar nos partidos comunistas, não significa que haja uma identificação real entre o partido e os interesses da massa. O que acontece, na verdade, é que em virtude da tradição que os comunistas herdaram da revolução russa e da inércia dos partidos socialistas, os trabalhadores são levados a votar naqueles, julgando-os identificados com seus interesses. E essa situação será ainda mais compreensível, se levarmos em conta o palavreado anticapitalista que é usado pelos comunistas. Mas é preciso ter em conta que esse palavreado é apenas anticapitalista e não socialista. A distinção entre essas duas posições é fácil de ser feita em tese, mas no exemplo concreto merece algumas considerações mais detidas, que faremos em ocasião oportuna, quando estudarmos o que foi o desenvolvimento da revolução russa e a influência desse desenvolvimento sobre a política dos comunistas. Por ora, basta frisar bem que não há identidade entre uma posição socialista e uma posição anticapitalista. E se quisermos ver um exemplo bastante claro dessa diferença, basta atentarmos para o Partido Nacional Socialista Operário Alemão, que reuniu grande número de operários alemães em seus quadros, graças à sua desenfreada demagogia anticapitalista. E cremos que ninguém irá dizer que havia uma identificação de interesses entre o partido nazista e a classe operária alemã...

Em síntese, o partido bolchevique, dizendo-se a vanguarda esclarecida do proletariado, deixa de ser a expressão natural e necessária de um processo social através do qual o proletariado adquire consciência política, para transformar-se em um partido que visa orientar esse processo para fins que ele, partido, estabelece como certos. Assim, o partido não se constitui como instrumento e reflexo do movimento operário, mas busca fazer do movimento operário instrumento de sua política para a tomada do poder. "Pretende ser a vanguarda mais consciente do proletariado e daí sua organização extremamente centralizada, talhada precisamente para "dirigir" e manobrar essas massas sem com elas se confundir. Por outro lado, sua influência enorme no seio do proletariado lhe dá a direção de grande parte das organizações desse mesmo proletariado. O Partido Comunista, no entanto, não é capaz de transformar-se num autêntico partido da classe operária, de universalizar-se à ponto de confundir-se com esta.

Como sua estrutura, seu espírito aristocrático de elite, de vanguarda consciente de seu messianismo, o trazem

visivelmente separado do conjunto do proletariado, o resultado é que este vive perpetuamente imobilizado ou hesitante em sua ação. O proletariado se sente interiormente dividido, de um lado por uma direção inacessível que ele se vê impossibilitado de remover, e de outro por grandes camadas da própria classe, estranhas e hostis, por sua tradição e interesses, à influência totalitária do Partido Comunista.

Esse partido-vanguarda, ao crescer, transforma-se num movimento totalitário que não pode influenciar as organizações de massa de todo o povo trabalhador num sentido democrático e conciente, mas apenas abocanhá-las, absorvê-las, e por isso mesmo diluí-las em instrumentos servis à seus caprichos e a seus interesses próprios". (Mario Pedrosa).

X X X

É uma velha atitude dos bolchevistas não considerarem os partidos operários não-bolchevistas como representantes do movimento operário. Para eles, o partido do proletariado é o partido bolchevista, uma vez que reúne a vanguarda esclarecida da classe operária. De nada vale que os demais partidos sejam o resultado de um desenvolvimento orgânico do movimento operário de um dado país, e que correspondam aos anseios desse mesmo proletariado. Eles construíram um tipo ideal de proletariado, que em todas as situações deve agir da mesma maneira como agiram os operários na Rússia de 1917. Se as condições de existência social da classe operária de um determinado país condicionaram um caráter diverso ao proletariado, e esse caráter traduziu-se num partido de estrutura e ideologia diferentes da bolchevista, isso não tem valor algum. E mesmo que esse partido não-bolchevista assente sua estrutura sobre os órgãos sindicais dos trabalhadores — como é caso do Partido Trabalhista Inglês, que tem como uma de suas unidades componentes, as Trade-Unions — não é o "partido do proletariado".

Esquecem-se os bolchevistas de que não é possível impor-se ao proletariado de um país onde o desenvolvimento do capitalismo conduziu a um amadurecimento maior ou menor da consciência de classe do proletariado, uma estrutura e uma tática política idealizadas para situação social

inteiramente diferente. Se, dentro das condições objetivas da Rússia em 1917 o bolchevismo prestou-se à tarefa de realização da revolução democrático-burguesa, isso não significa que ele é o tipo ideal que deva ser aplicado em todas as circunstâncias, quer se trate da tomada do poder para a realização da revolução socialista, quer da democrático burguesa. Como dizia Rosa Luxemburgo, a história ao mesmo tempo que apresenta o problema, fornece a sua solução. Isto é, dentro de cada situação social específica, o proletariado elabora um tipo de partido e uma tática política diferente, condizente com as condições em que se verificou o seu desenvolvimento como classe. Essa verdade básica do marxismo-de quem se dizem representantes fieis — os bolchevistas não a querem ver. Para eles a realização do socialismo não é um processo através do qual o proletariado adquire consciência de sua posição na sociedade capitalista e da tarefa que historicamente lhe cabe como classe, mas sim um simples golpe de estado para a tomada do poder.

E é nisso que os socialistas também se diferenciam dos bolchevistas, sejam trotskistas ou stalinistas. Enquanto eles buscam, como se a revolução russa de 1917 tivesse sido a experiência final e única do movimento operário, aplicar em seus respectivos países exatamente a mesma tática usada por Lenine e Trotsky, e construir aquilo que eles pretendiam fazer na Rússia, ou o que Stalin lá realizou, os socialistas aproveitam-se daquela experiência vastíssima para elaborar novos princípios que irão conduzir a sua política geral, deixando a cada povo a tarefa de construir dentro dos esquemas que lhe são impostos pelo desenvolvimento da luta de classes em seus países, a sociedade socialista.

Resulta evidente do exposto acima, que chegaremos assim a uma diferenciação de formas de sociedades socialistas de nação para nação, senão de região para região. Mas é essa pluralidade de realizações práticas do socialismo, dentro da unidade do mesmo ideal que constitui a essência do socialismo. E é nessa pluralidade de manifestações de um mesmo ideal que reside a esperança da democracia socialista.

Oliveiros S. Ferreira

O Partido Socialista em face da situação política nacional

(Conclusão da 1.ª pag.)

Acusações da burguesia dos comunistas

— "É natural que um partido deste porte tenha de sofrer campanhas de despeito e de inveja. Ela está resurgindo, à medida que se aproxima a sucessão presidencial. É a mesma cantilena de sempre. Os jornalistas reacionários já insinuam que somos uma "linha auxiliar" do comunismo, enquanto os comunistas escrevem que estamos a serviço da reação capitalista. Eles se destroem. Porque a verdade é que o Partido Socialista tem aguentado, praticamente sozinho, a luta contra os comunistas. Os demais partidos se limitam a combatê-los pela violência policial. Servem, dessa forma, ao fortalecimento da corrente stalinista, que, perseguida, insultada e caluniada, extrai dos perseguições e das

mentiras idiotas a força necessária à sua unidade e ao seu crescimento. Este é um fato que somente os ignorantes negam.

"Mas, quando chegam às vésperas dos pleitos ou quando se trata de seus interesses particularistas, aqueles partidos se juntam aos comunistas. Enquanto assim procedem esses partidos, o Socialista que, doutrinariamente, está em oposição ao comunismo e que o combate, praticamente, naqueles meios que mais o interessam, não pode concordar que, a pretexto de combate ao comunismo, se esmaguem os direitos da classe operária e da classe média e se lhes neguem os mais justos reivindicações".

O ÚNICO PARTIDO DEMOCRÁTICO

— "Peço-lhe atenção para este

BALANCETE DA FOLHA SOCIALISTA EM 30 DE ABRIL DE 1949

RECEITA

Saldo em 28-2-49	3.573,40
Contribuições	11.200,00
S. José dos Campos	120,00
Caçapava	60,00
Jadú	300,00
Fortaleza	483,80
S. Carlos	50,00
Federmeiras	160,00
Mogi das Cruzes	300,00
Capital (n.º 23 e 24)	1.000,00
Assinaturas	220,00
Anúncios	748,00

DESPESA

Tipografia (n.º 21, 22, 23 e 24)	13.400,00
Ordenados	1.800,00
Despesas de remessa	833,80
Registro	120,00
Materiais fotográficos	120,00
Despesas administrativas	329,20
TOTAL	16.620,20
Saldo	1.620,20

Decide-se na ONU a sorte da democracia espanhola

(Conclusão da 1.ª pag.)

países sul-americanos não foi animada de melhores intenções para com os que sobreviveram à revolução espanhola, e continuam lutando pela Democracia na Espanha. E isso com pura e simplesmente porque não interessa à Rússia que as nações realmente democráticas se fortaleçam, por uma ação conjunta contra Franco.

Não podemos deixar de lembrar a guerra da Espanha, quando os países capitalistas pregavam o princípio da não intervenção, e a Alemanha e a Itália auxiliavam francamente as forças fascistas da Espanha, a Rússia Soviética vendia seu petróleo à Itália — que o remetia a Franco — enquanto exigia verdadeiras fortunas pelo material bélico que fornecia aos republicanos e que, na realidade, ia parar nas mãos dos comunistas. Pela tragédia da Espanha, todos são responsáveis. Uns, porque defendiam o estúpido princípio de que devemos deixar que um ditador sufoque os anseios de liberdade de um povo; outros porque estavam interessados em abrir uma brecha no sistema defensivo do ocidente, nem que fosse à custa de milhares de vítimas tombadas na luta pelo socialismo e pela liberdade.

Ainda há pouco Folha Socialista transcreveu o relatório de um grupo de jovens do Partido Socialista Operário Espanhol, onde se evidenciava o verdadeiro papel dos comunistas na resistência a Franco. Por ali se pode ver que o que interessa aos stalinistas, no

problema espanhol, não é derrubar a tirania franquista, mas sim, colocar os comunistas no poder, seja diretamente, seja através de alguns líderes, como aconteceu com Juan Negrin, do P.S.O.E., em cujo governo, durante a revolução, e com sua complicidade, os comunistas passaram pelas armas a elite do "Partido Operário de Unificação Marxista" que, ao lado dos anarquistas, oferecia a resistência mais seria ao caudilho, de vez que realizada em nome da transformação da estrutura social da Espanha. Assim, se de um lado os Estados Unidos buscam fazer da Espanha mais um ponto de apoio na sua luta contra a Rússia, essa utiliza-se da perpetuação do caudilho no poder para hostilizar o regime democrático, através de ataques aos Estados Unidos. E a prova evidente disso é que até hoje, nenhuma medida concreta foi tomada pela União Soviética para, primeiro, dar liberdade aos povos que estão sob sua zona de influência; e, segundo, para possibilitar a derrubada do governo franquista.

Na presente assembleia da ONU foi lançada a sorte daquela parte do espanhol que ainda permanece fiel à democracia. Aprovada a proposta americana, se Franco receber novamente os embaixadores dos países democratas, a queda do caudilho será retardada de muitos anos, e os democratas espanhóis terão sido traídos em sua luta.

Oliveiros S. Ferreira

fato: sem discutir doutrinas, nem filosofias, nem crenças religiosas, há um fenômeno social que todos aceitam — a ascensão do proletariado na sociedade. Como, em 1789, a burguesia foi para o poder e aí se consolidou, assim também estamos presenciando a marcha do proletariado para o governo dos povos. Na Inglaterra ele já o ocupou pacificamente e nele se fixou, os próximos anos. Na Rússia, isto foi feito sangrentamente. Preferimos o processo adotado na Inglaterra, que é o do socialismo democrático. Queremos a transformação da estrutura econômica da sociedade capitalista, através do gradual e progressiva socialização dos meios de produção, resguardados, porém, aqueles direitos inalienáveis e imprescritíveis que

tem a criatura humana. Queremos, enfim, o socialismo na economia, mas com liberdade para os indivíduos.

"No Brasil, o povo terá de escolher a forma pela qual se fará aqui essa elevação dos trabalhadores, que é inevitável. De todos os partidos brasileiros, o único que efetivamente luta e se esforça por tudo se faça pacificamente, democraticamente como na Inglaterra, é o Partido Socialista Brasileiro. É o que tem um ramo certo, preciso e claro. Suas fileiras estão abertas a quantos pensarem da mesma maneira, quaisquer que sejam as razões de ordem filosófica ou religiosa que os levaram a concordar conosco, razão de acordo com o nosso programa, respeitamos com o maior escrupulo".

O PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA

N. R. — Damos a seguir a continuação das notas taquigrafadas das palestras que o comp. Fabus Gikovate, aos sábados, na sede do Partido Socialista, à Praça da Sé, 237 - 2.º, às 16 hs., sobre o programa partidário.

— VI —

Na palestra anterior, terminamos a análise dos princípios fundamentais, pelos quais o nosso Partido pretende orientar a sua ação política. Hoje, iniciaremos a apreciação do programa do Partido, propriamente dito.

Como tivemos ocasião de afirmar na primeira palestra, este programa destina-se a ser executado pelo Partido Socialista Brasileiro, quando, com apoio da maioria da população do país, tiver alcançado o poder. A compreensão da atuação do Partido no poder e da maneira pela qual ele pretende realizar este programa, exige que analisemos, embora sucintamente, a posição do Partido em face do problema do Estado em geral. Esta análise compreenderá a nossa interpretação em relação à natureza do Estado capitalista atual, bem como à da natureza do Estado, na fase de transição, durante a qual pretendemos por em prática este programa. São, portanto, dois problemas até certo ponto distintos. O primeiro corresponde à nossa interpretação das funções do Estado no regime capitalista; o segundo, a nossa atitude em relação às funções do Estado na fase de transição entre capitalismo e socialismo. Já tivemos ocasião de dizer, e não é demais repetir, que uma sociedade socialista dispensa perfeitamente este organismo que denominamos Estado e, no decurso da análise, poderemos verificar porque fazemos tal afirmação.

Não está inteiramente esclarecido ainda o problema da origem do Estado, isso é como o Estado surgiu. A opinião mais aceita atualmente entre os estudiosos do problema, é que o Estado teve origens diversas, origens múltiplas, formou-se em circunstâncias diferentes e no fim de um longo período de evolução, tomou a forma que apresenta hoje no regime capitalista. A sociedade humana sempre esteve organizada de tal forma que nela existiam setores da população, que nós denominamos classes, cujos interesses eram opostos. A estrutura político-econômica e também a estrutura jurídica do Estado em um determinado momento, tinham por finalidade manter o *status quo*, isto é, a sociedade dividida em classes e as prerogativas de classe dominante. Esta divisão em classes, qualquer que seja sua natureza, pode ser esquematicamente apresentada como uma divisão em classes exploradoras e em classes exploradas. O Estado, em todos as circunstâncias, procurava manter, garantir e proteger os privilégios da classe dominante, e assim defendia o *status quo* reinante em uma determinada sociedade.

Para não irmos muito longo, limitaremos a análise ao regime capitalista. Sabemos perfeitamente bem que na sociedade capitalista encontramos, de uma maneira esquemática, a classe representada pelos detentores dos meios de produção e a classe representada pelos trabalhadores, desprovidos destes meios de produção, e que têm que se sujeitar ao regime de salariado. Naturalmente, e já tivemos ocasião de ver isso, os interesses dessas duas classes são opostos. As classes detentoras dos meios de produção têm todo interesse em perpetuar esta situação. Ao contrário, a classe explorada, a classe desprovida dos meios de produção, procura um caminho para a abolição desse estado de coisas. Nessas circunstâncias, no regime capitalista, o Estado

de se coloca inteiramente ao lado das classes dominantes. Até certo ponto, podemos dizer que se confundem classes dominantes do regime capitalista e o Estado Capitalista, porque o Estado, como poder político, defende a manutenção dos privilégios desta classe dominante, desta classe possuidora dos meios de produção. Dêse ponto de vista, o Estado é um poder coercitivo, o Estado exerce uma coerção sobre todos que procuram, de uma maneira ou de outra, opor-se à perpetuação da organização social. Nesse sentido se pode afirmar que o Estado, no regime capitalista, qualquer que seja o forma que assume, exerce uma espécie de ditadura, no sentido de manter e garantir os privilégios das classes dominantes desta sociedade. A maneira pela qual o Estado defende os interesses das classes dominantes varia, naturalmente, de um caso para outro. Temos os dois tipos clássicos de Estado no regime capitalista. O Estado denominado democrático-burguês e o Estado ditatorial, totalitário, que foi levado até suas últimas consequências pelo movimento fascista, principalmente na Alemanha e Itália. Embora em ambos os casos o estado tenha as mesmas funções de defender os interesses das classes dominantes, de manter o *status quo* econômico e político reinante, as diferenças entre um e outro são muito grandes. No primeiro caso, existem possibilidades de se tentar, utilizando-se as liberdades democráticas existentes, uma reforma da estrutura da sociedade, por processos democráticos. No segundo caso, estas condições e estas possibilidades não existem mais. O movimento socialista sempre soube distinguir entre o Estado democrático-burguês e o Estado ditatorial e fascista. Sempre lutou com todas as suas forças pela manutenção das liberdades democráticas mesmo no quadro da estrutura econômica e política atual e para impedir, por todos os meios ao seu alcance, que se instaurasse a forma ditatorial deste mesmo Estado capitalista. Esta apreciação que fazemos do Estado capitalista é comum a todos os correntes do movimento socialista. Apenas os anarquistas divergem desta apreciação. Nós, socialistas, consideramos a propriedade privada dos meios de produção, concentrada nas mãos de uma classe privilegiada, como responsável pelas condições precárias em que vive a grande parte da população no regime atual, e para nós o Estado nada mais é do que um aparelho a serviço destas mesmas classes dominantes, destinado a manter este estado de coisas. Para nós, o Estado é um aspecto secundário, é uma consequência da divisão da sociedade em classes. Os anarquistas pretendem dar uma importância muito maior ao aparelho estatal do que à própria classe capitalista. Acreditam que o mal principal, primordial, não é a classe capitalista, mas, o próprio Estado, o aparelho estatal. As consequências desta análise serão vistas quando mostrarmos a atitude dos anarquistas em relação ao Estado, na fase de transição entre socialismo e capitalismo.

Na sociedade organizada, qualquer que seja sua forma, podemos distinguir, ao lado dessas funções coercitivas do Estado, que se destinam a manter o *status quo* reinante, também funções administrativas puras. Na fase inicial do desenvolvimento da sociedade, estas funções administrativas estavam completamente separadas do Estado. No decurso do desenvolvimento, principalmente do capitalismo, surgiu um fenômeno muito interessante, muito importante, que consiste na incorporação, em escala cada vez maior, das funções administrativas ao Estado. O Estado fascista, onde esse processo

é levado ao máximo, passa a ter uma função dupla, função política propriamente dita e função administrativa. Sabemos que já há muito tempo, em quase todos os países de regime capitalista, certas funções que são puramente administrativas, como, por exemplo, correios e telefonia, e em muitos países, como também entre nós, estradas de ferro e outros empreendimentos de grande vulto, são do domínio do Estado. O Estado, quando administra correios e telefonia, estradas de ferro, não está desempenhando função política e sim administrativa. Este processo está se aprofundando cada vez mais, em consequência do amadurecimento excessivo do regime capitalista, podemos dizer mesmo em virtude da decomposição do regime capitalista. Assiste-se assim à formação do capitalismo de estado. As classes dominantes, como classes capitalistas ou burguesas, não estão mais em condições, em determinadas circunstâncias, de arcar com esta tarefa administrativa da sociedade, e estas funções passam pouco a pouco, em escala cada vez maior, ao próprio Estado, que inicialmente desempenhava funções puramente políticas. Ao lado disso, também como consequência da debilidade cada vez maior do regime capitalista, em face do movimento ascendente revolucionário das classes trabalhadoras e da população laboriosa de um modo geral, verificamos, também, a tendência do Estado de intervir em outras esferas da atividade humana que não tem relação alguma com administração ou função política propriamente dita. Esta tendência se torna muito clara e nítida nos regimes totalitários. Nes-

ses regimes, verificamos que o Estado procura intervir não somente no setor administrativo e político, mas também na literatura, ciência, concepções filosóficas, enfim, procura intervir em todas as esferas da atividade humana, no sentido de lhes dar uma determinada direção oficial, no sentido de conferir uma determinada uniformidade, no sentido de obter o que foi designado com a palavra *totalitarismo*. Intervém na totalidade das manifestações da atividade humana da sociedade: Há uma tendência para a apreensão, cada vez maior, de todas as funções, por parte do Estado.

De outro lado, constatamos, no decurso do desenvolvimento do Estado no regime capitalista, uma tendência cada vez maior para a centralização. Se examinarmos a história política de qualquer país, verificaremos que o processo caminha da des-

centralização para a centralização, da autonomia político-administrativa local, para a centralização administrativa e política cada vez maior. A função política e administrativa dos municípios tem diminuído cada vez mais, mesmo no Brasil, observada que foi pelo governo estadual cujas funções, por sua vez, têm sido restringidas, cada vez mais, pelo poder central. Esse processo se precipitou por ocasião da instauração do Estado Novo, em 1937. O Estado Novo de 1937, organização totalitária, copiando todos os métodos totalitários já postos em prática em outros países, deu um impulso vigoroso ao processo de centralização sob o pretexto de unificação ou de nacionalização e de luta contra o espírito regionalista. Não só diminuiu mais ainda as funções dos municípios, mas, aboliu completamente a autonomia dos Estados, transformando-os em províncias e o governadores em simples delegados do poder central. Este processo foi, com a abolição do Estado Novo, em parte destruído, mas não foi restabelecido, na medida das necessidades, nem a autonomia dos Estados, e muito menos a autonomia dos municípios. Este processo de centralização tem uma importância muito grande, e teremos que examinar a sua significação no Estado na fase de transição entre capitalismo e socialismo.

Outro fato muito importante é o seguinte: Na fase clássica do capitalismo, o poder político estatal é até certo ponto um mero executor das ordens das classes dominantes propriamente ditas, representadas pela burguesia. Entretanto, ao ini-

(Continua na 6.a pag.)



PELA 3.a FRENTE DOS POVOS LIVRES CONTRA TODOS OS IMPERIALISMOS E A GUERRA

O MOVIMENTO OPERARIO NORTE-AMERICANO

Sob o mesmo título acima, escreviamos em um dos números passados de FOLHA SOCIALISTA, que o movimento operário norte-americano apresentava grande possibilidade de vir a unificar-se, o C.I.O. e a A. F. L. fundindo-se em um grande organismo sindical, do qual, segundo pensavam muitos, resultaria o Partido Trabalhista Americano que iria desempenhar grande papel no desenvolvimento das relações entre o proletariado e a burguesia americanas. Dizíamos ainda, em nosso artigo, que a vitória de Truman, se de um representava a vitória daqueles setores menos reacionários sobre a reação republicana, apresentava seus aspectos negativos, na medida em que impedia, pelo menos por agora, a formação do Partido Trabalhista e a unificação das centrais sindicais.

É importante notar que a vitória de Truman, com o apoio das centrais sindicais, deveu-se a campanha que ele moveu contra a lei Taft-Hardley, um dos mais poderosos instrumentos de que se serve atualmente a burguesia norte-americana contra o proletariado dos Estados Unidos. Baseados na promessa de que o Partido Democrata iria revo-

gá-la, substituindo-a pela antiga lei Wagner, as centrais sindicais recomendaram o sufrágio da legenda democrática.

Hoje, entretanto, vemos que a situação para o movimento operário americano não é das melhores e que, inclusive, aquelas promessas que haviam sido feitas nas vésperas das eleições não estão sendo cumpridas. Bastante sugestiva a esse respeito é a atitude assumida pelo senado, rejeitando, por grande maioria, um projeto que revogava a lei Taft-Hardley. É de notar-se que entre os que votaram contra o projeto figuram muitos representantes democratas.

Ao mesmo tempo que isso acontece, o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos publica dados estatísticos segundo os quais o número de horas de trabalho e os salários industriais caíram, no mês de março, reduzindo automaticamente a capacidade aquisitiva dos trabalhadores. Segundo os mesmos dados, a redução nos salários foi de cerca de 1 dólar nos salários semanais, e os salários mensais tiveram uma queda de cerca de dois dólares. Ao mesmo tempo, a média de horas de trabalho caiu de 39,4 semanais para 38,9. O número de desempregados, segundo os mesmos dados aumentou de 150.000.

Nessas condições, a classe operária americana está cada vez mais próxima de um sério dilema: poderá ela continuar

sua política tradicional de apoio aos candidatos burgueses que maiores promessas lhe fazem, ou terá ela de lançar-se sozinha à luta, sufragando seus candidatos, votando em seu programa?

Que a situação é mais ou menos grave, evidencia-se pelo novo movimento grevista que se alastra pelo país, neste momento. Somente nos ramos ligados à indústria automobilística, cerca de 100.000 trabalhadores estão em greve, reclamando melhores salários.

Essas considerações que fazemos sobre o movimento operário americano servem-nos apenas para mostrar que a classe operária americana em nada se beneficiou com o apoio que deu aos democratas, isto é, aos burgueses liberais. Apesar das promessas eleitorais, no momento em que seus interesses de classes estavam em jogo, voltaram atrás da palavra dada e votaram contra o proletariado. Até quando a centrais sindicais permanecerão desunidas e ausentes, como força operária organizada, do movimento político do país, não o sabemos. Mas cremos que a compreensão de que o apoio aos candidatos burgueses não resolve nenhum dos problemas do trabalhador, já deve ter sido atingida por grandes setores do proletariado americano. Da largura de visão política dos dirigentes sindicais, dependerá o futuro do movimento operário americano e, com ele, talvez, de todo o movimento operário.

O. S. F.

O PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA

ciar-se a fase de decomposição do regime capitalista, verificamos uma transformação muito interessante. O Estado, principalmente o Estado fascista, mostra uma tendência a se sobrepôr aos interesses da própria classe dominante, da própria burguesia, da própria classe capitalista, e individualizar-se, como poder autônomo. Este é um aspecto extraordinariamente importante na análise do papel do Estado nos dias atuais. É a tendência que mostra o Estado na fase atual do regime capitalista de se transformar em um poder autônomo, até certo ponto, sobreposto à classe dominante — do ponto de vista econômico — do país, isto é, a classe capitalista, a burguesia. Este fenômeno atinge seu desenvolvimento máximo nos regimes fascistas e nazistas. O fato do Estado ter entrado em um entendimento com esta classe capitalista e de ter prejudicado o menos possível seus interesses econômicos imediatos, não desmente a afirmação que fizemos, que do ponto de vista político o Estado se transformou em poder autônomo. Mas, este fenômeno não existiu apenas nos países fascistas, mas sim em todos os países capitalistas atuais, inclusive o Brasil. Podemos ver que uma série de atividades do Estado, de intervenção mais ou menos direta na organização econômica do país, uma tendência de se sobrepôr a estas classes dominantes. O Estado pretende, nessas circunstâncias, tornar-se um poder neutro e até certo ponto mediador entre os vários grupos em luta na sociedade atual. Mas, em todas as eventualidades conhecidas, a sua neutralidade é apenas aparente: Na realidade, embora se tenha transformado em um poder até certo ponto autônomo, continua defendendo intransigentemente os interesses das classes dominantes, a cuja sorte liga seu próprio destino como aparelho estatal. O Estado, inicialmente apenas poder político coercitivo, defendendo os interesses da classe dominante da sociedade, tendo a incorporar funções puramente administrativas, tendo a uma centralização cada vez maior, com o concomitante abolição das autonomias locais e regionais, do ponto de vista econômico e político. Surge finalmente a tendência do Estado de se transformar em um poder autônomo, nova classe aparentemente acima das classes, tendência essa que é levada até suas últimas consequências no regime fascista.

A medida que o poder estatal aumenta suas atribuições, à medida que o poder estatal se centraliza cada vez mais e à medida que o poder estatal se sobrepõe, até certo ponto, às próprias classes dominantes de um país, cria-se uma nova classe, um novo elemento que até então não existia, ou existia em embrião na sociedade capitalista, a burocracia. A burocracia se transforma em espécie de casta privilegiada, casta que tem interesses próprios a defender e os defende através do aparelho estatal que domina. O aparecimento da burocracia é uma consequência desse processo de transformação pelo qual passa para o Estado no regime capitalista.

O Partido Socialista, ou uma coligação de partidos socialistas, quando chegam ao poder, e pretendem realmente realizar o seu programa, isto é, a transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista, devem, antes de mais nada, saber qual o seu comportamento em relação ao problema do Estado. Não resta a menor dúvida que, desde toda a fase de transição, o Estado, como poder político, não poderá deixar de persistir, e esta é a divergência fundamental que temos com os anarquistas. Afirmam os anarquistas que o processo da renovação deve consistir na destruição do

poder estatal, e uma vez destruído o poder estatal, sob seus escombros, a sociedade libertada do Estado, se organizará em forma socialista. Nós não conseguimos compreender de que maneira a sociedade se organizará nesta fase de transição, uma vez destruído o poder estatal atualmente dominante, do regime capitalista, sem um poder estatal novo, correspondente às necessidades desta época. Portanto, admitimos a necessidade da existência de um poder estatal, de um Estado, nessa fase de transição. Quais serão as funções deste Estado? Pelo simples fato do Partido Socialista ter chegado ao poder, a sociedade ainda não sofreu nenhuma transformação, no sentido da abolição das classes e dos antagonismos de classes. As classes continuam existindo e os antagonismos naturalmente persistem. Mas, haverá uma inversão fundamental. Em vez de se encontrar no poder a classe capitalista, passa a ocupar o poder a classe trabalhadora, no sentido amplo da palavra. O Estado, nas mãos da classe trabalhadora, passa a ter função análoga à que tinha no regime capitalista, mas, nos interesses da classe trabalhadora e contra os interesses da classe capitalista. O Estado continua tendo função política coercitiva. Mas as funções políticas coercitivas do Estado passam a se exercer em favor da massa trabalhadora e contra as antigas classes dominantes, a burguesia.

O processo da luta prosseguirá encontrando-se no poder a classe trabalhadora. Admitimos que na fase de transição o Estado continuará a ter um caráter de Estado de classe, continuará a ter um conteúdo de classe, como no regime capitalista, apenas com uma diferença muito importante e fundamental. Enquanto no regime capitalista atualmente vigente, o Estado, o poder estatal, defende os interesses de uma minoria contra a grande maioria da população, na fase de transição, o Estado, nas mãos da classe trabalhadora, e que equivale dizer, do Partido Socialista, defenderá os interesses da quasi totalidade da população, contra uma pequena minoria. A função coercitiva do Estado capitalista não se justifica, porque se realiza contra os interesses da quasi totalidade da população. A função coercitiva do Estado na fase de transição se justifica porque se exerce apenas contra uma minoria que se opõe à instauração de um regime de justiça e liberdade para toda a sociedade. Embora os dois Estados sejam de classe, o segundo se justifica por ser um Estado no interesse da grande maioria da população. Mas, o seu caráter de classe é idêntico, é o mesmo caráter de classe do Estado no regime capitalista vigente.

O Estado, na fase de transição, que forma deve assumir, qual deve ser sua organização? A nosso ver, o Estado, na fase de transição, deve assumir forma democrática, deve ter organização democrática. Se é um Estado que defende os interesses da grande maioria da população, não deve ter medo algum de se submeter ao controle desta população. Contrário com o apoio da maioria dessa população. Se o Estado capitalista recorre a meios ditatoriais, a formas totalitárias, quando vê periclar seu poder, é porque defende interesses de uma pequena minoria. O Estado na fase de transição, nunca precisará lançar mão de meios totalitários, ditatoriais, porque defende os interesses da grande maioria da população. Portanto, deverá ter uma estrutura democrática, uma organização democrática.

Esta é uma das controvérsias fundamentais, como tivemos ocasião de dizer, entre o socialismo democrá-

tico e o comunismo. O comunismo afirma que na fase de transição o Estado deve ter a forma ditatorial, deve ter a ditadura do proletariado. A origem da expressão — ditadura do proletariado —, remonta a Marx, que foi um dos grandes teóricos do socialismo e que usou esta expressão mais de uma vez, em vários de seus livros. Esta expressão por si só pode significar coisas diferentes.

A expressão ditadura do proletariado pode ter significação ampla no mesmo sentido em que falamos de ditadura capitalista. Quer sob forma democrática ou ditatorial, o Estado burguês é sempre uma ditadura, porque defende os interesses de uma classe contra outra classe. Nesse sentido, podemos dizer que o Estado, na fase de transição, mesmo adotando uma forma democrática ainda mais ampla do que a do regime capitalista, não deixa de ser, teoricamente, uma ditadura do proletariado, se abrangeamos com esta denominação a massa trabalhadora em geral das cidades e do campo, porque se opõe aos interesses da classe que no decorrer da fase de transição deve ser expropriada, isto é, a classe dominante ou vanguarda. Mesmo assim, todos acabam esta expressão. Em torno dessa expressão — ditadura do proletariado —, houve grandes polemistas em que se defrontaram de um lado, os teóricos do movimento comunista, principalmente Lênin, de outro lado os socialistas democráticos, tanto na Rússia, como em outros países da Europa ocidental. Na fase de transição, temos a "ditadura do proletariado", no sentido amplo, quando o povo no poder, exercer o mesmo contra os interesses das classes dominantes, que devem ser expropriadas no decorrer dessa fase. A "ditadura do proletariado" só poderá tomar uma forma democrática, no sentido de permitir livre expressão e livre organização a toda população.

Recentemente, o socialismo democrático, embora não tenha feito nenhuma revisão nesta sua análise teórica da expressão, — ditadura do proletariado —, abriu mão completamente da significação que lhe foi dada pelos teóricos do movimento comunista se presta a interpretações falsas.

O poder coercitivo que o Estado, na fase de transição, deverá forçosamente exercer, porque ainda existem classes e o Estado nessa época defenderá os interesses da classe trabalhadora, deverá exercer-se no fim de um determinado período. Esse processo será um processo lento mas um processo constante. Pouco a pouco o Estado terá que se despojar de suas funções políticas propriamente ditas, de suas funções coercitivas. Não poderá desaparecer de um momento para outro, não poderá manter suas características completas, mas, em determinado momento, desaparecerá. Este Estado, na fase de transição, forçosamente, paralelamente à transformação da sociedade capitalista em socialista, irá perdendo suas características, até desaparecer completamente. Uma vez despojado o Estado de suas funções coercitivas, de suas funções políticas, ficarão apenas funções administrativas, a própria expressão Estado não deverá ser mais aplicada, porque, a palavra Estado tem um conteúdo quase que exclusivamente político.

De que maneira se processará esta destruição progressiva, paulatina, do Estado? Naturalmente, o Estado deverá despojar-se a si mesmo de todas as funções de que ilícitamente se apropriou na fase terminal do regime capitalista. Deverá deixar de intervir na esfera cientí-

fica, artística e filosófica ou religiosa da sociedade. Deverá cingir-se apenas à esfera econômico-política. Vimos que se trata de uma exorbitância de que o Estado capitalista lança mão para conservar privilégios da minoria em face do assalto cada vez mais decidido da maioria. Na fase de transição, a ameaça não existirá e o Estado não terá necessidade de manter prerrogativas e funções ilícitas que desaparecerão de um dia para outro. Em segundo lugar, vimos que a centralização excessiva e tendência do Estado em se transformar em um poder independente, também são produtos da decomposição do regime capitalista, e estas duas tendências deverão desaparecer imediatamente. Deverá ser iniciado logo no começo um processo inverso, no sentido de uma descentralização cada vez maior não só da política, mas também do administrativo. Assim como percorremos a escola, a partir da autonomia local quasi completa até à concentração integral do poder nas mãos do Estado centralizado, teremos que percorrer, o mais rapidamente possível, o caminho inverso que consistirá em conferir autonomia cada vez maior às localidades, no sentido de fazer que se desvoiva

cada vez mais a autonomia local, que em nossa estrutura político-administrativa, é o município.

Na fase de transição o município deverá passar a ter uma função cada vez mais importante, uma autonomia cada vez maior, à medida que o processo se for realizando. Portanto, a descentralização do poder estatal, tanto do ponto de vista econômico-político como administrativo, deverá processar-se rapidamente, no sentido de desenvolver-se em uma etapa mais elevada, ao município, a sua plena autonomia administrativa. É um processo que deverá ser realizado com bastante rapidez. Por sua vez, não se deverá permitir, em hipótese alguma, que surja a tendência do Estado de hipertrofiar suas funções, e de se transformar em órgão autônomo e criar uma casta à parte, a burocracia, que serve a uma aparelha estatal imenso. Isto só poderá ser evitado se subermos distinguir perfeitamente bem entre as duas formas de estrutura econômica que podem ser edificadas depois da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Estas duas formas são o capitalismo de Estado e o socialismo propriamente dito.

INDICADOR PROFISSIONAL

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 6-17

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITÓRIO:

Pça. Antonio Prado, 9 - 11.º andar

Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDÊNCIA:

Rua Guarará, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO

FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46

2.º ANDAR

RENATO SAMPAIO COELHO

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-6663

SÃO PAULO

ADELMAR V. BRANDÃO

ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE GOUTHINO, 303

R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel. 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º

SÃO PAULO

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Fios

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xaviera de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO

RAIDS X

Dr. Pericles Maciel

MEDICO

Consultório: Benjamin Constant 61, 8.º

Telefone: 2-8355

Residência: Al. Rocha Azevedo, 1052

Telefone: 8-7438

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Inf. Legos dentários - Cir-

urgia - Raios X - Dentaduras (com

curso Post. Graduação)

Rua Barão do Haputingina, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel. 4-0027

SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes

e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel. 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.

Tel. 2-0168

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMEMBÊ DA CANTAREIRA

As diversas maneiras de comemorar-se o 1.º de Maio

(Conclusão da 8.a pág.)

consequência de excesso de trabalho e carência de alimentação?

Como comemorar o dia do Trabalho aquele negro que eu e alguns jornalistas surpreendemos, há pouco tempo, trabalhando à boca de um forno, em local anti-higiênico, na extração do chumbo de velhos acumuladores de automóveis, dentro de uma fábrica que intoxica não só os próprios operários como a vizinhança, num raio de 500 metros, sem que as autoridades do Trabalho e da Saúde Pública tomem a menor providência?

Como comemorar o Dia do Trabalho o motorista da C.M. T.C. que é obrigado a aceitar a direção de ônibus perigosos, parcial e às vezes totalmente sem freios, para não ser demitidos e não perder o emprego?

Como comemorar o Dia do Trabalho aquele menino de 15 anos, explorado, juntamente com muitos outros menores, como cobrador na empresa particular de ônibus "Capuava", ganhando 500 cruzeiros por mês e executando serviço de adulto? Como comemorar o Dia do Trabalho as crianças que os patrões, criminosamente, aproveitam nas fábricas de vidro, enriquecendo à custa de sua morte lenta?

Como comemorar o Dia do Trabalho as duzentas e tantas famílias que um empregado ganancioso da Prefeitura arrebanhou, como animais, na lavoura do Estado de Minas e trouxe para S. Paulo, prometendo-lhes casas e dando-lhes barracões numa favela, prometendo bom emprego aos homens e pagando-lhes o salário de 2 cruzeiros e 80 centavos ou 3 cruzeiros por hora de trabalho pesado, e afinal mandando derrubar os barracões e deixando ao relento até crianças recém-nascidas, como vi com meus próprios olhos, há poucos dias, na varzea do Bom Retiro?

Como comemorar o Dia do Trabalho o professor primário que depois de 25 anos de exercício ganha 2 mil cruzeiros e pouco por mês?

Como comemorar o Dia do Trabalho o bombeiro que arriscou a vida durante 25 anos e recebe pouco mais de mil cruzeiros mensais?

Como comemorar o Dia do Trabalho o soldado, o marinheiro, o pequeno funcionário público tratados como seres inferiores pelo Estado capitalista, enquanto um vice-governador percebe, para despesas de "representação", 18 mil cruzeiros por mês?

Como comemorar a data de 1.º de Maio a imensa maioria da população, composta dos trabalhadores e da classe média, esta também esmagada economicamente pelos explo-

radores do trabalho?

Ouvindo discursos retóricos, vazios, patrioteiros, de um ministro do Trabalho que é professor do direito em que se baseia o Estado capitalista e advogado dos patrões?

Acreditando que fará alguma coisa pelos trabalhadores um secretário do Trabalho que seja, como o de S. Paulo, já não diremos um advogado dos patrões, mas ele mesmo um industrial, um patrão?

Deixando-se iludir em massa pelas festas e jogos de futebol promovidos pelo SESI? Não.

A imensa maioria do povo, composta dos trabalhadores e da classe média, deve comemorar o Dia do Trabalho convencendo-se, para sempre, de que só um governo de trabalhadores representará legitimamente interesses contrários aos interesses dos patrões, representará e defenderá legitimamente os interesses dos trabalhadores.

Enquanto o poder político se encontrar nas mãos dos patrões, nas mãos dos que defendem os interesses egoísticos dos capitalistas; enquanto um secretário da Presidência da República for advogado dos donos da Light e não dos operários da Light; enquanto um ministro do Trabalho for advogado dos patrões e defensor do capitalismo; enquanto um secretário do Trabalho — para citar novamente o exemplo de S. Paulo, "o maior parque industrial da América Latina" — for um patrão, um industrial, e não um homem que tenha vivido apenas do seu salário de empregado; enquanto não transformarmos a sociedade capitalista (sociedade dos patrões) em sociedade socialista (sociedade dos trabalhadores), as comemorações de 1.º de Maio serão geralmente uma mentira, uma comédia.

ALCANÇOU GRANDE SUCESSO...

(Conclusão da 8.a pág.)

res socialistas. Das reações dela, podemos dizer que a grande maioria das pessoas que a compunham era formada de operários que sentiam a justiça das palavras dos oradores socialistas, quando estes condenavam a intervenção do ministério nos sindicatos operários, transformando-os em meros agentes do Ministério da Indústria e do Comércio e, portanto, da classe capitalista.

VARIAS
O comício de 1.º de maio constituiu a maior concentração do Partido Socialista em São Paulo. Se levarmos em conta que a situação política não é de modo a permitir um entusiasmo maior da massa trabalhadora pela atividade política e o fato de encontrar-se o local do comício cheio de policiais, foi, sem sombra de dúvidas, uma importante con-

Haverá discursos ministeriais e festas do SESI para que os patrões continuem cada vez mais patrões e os trabalhadores cada vez mais trabalhadores, aqueles cada vez mais ricos e estes, se for possível, um pouquinho menos pobres...

E continuarão os horrores e injustiças sociais a que aludimos no começo desta oração.

Mas é possível transformar esse estado de coisas?

Sim. É possível. Democráticamente. Pacificamente.

Pelas eleições, pela arma democrática do voto secreto e livre, a imensa maioria da população pode derrubar os governos reacionários a serviço dos donos das terras, dos donos das fábricas, dos donos de matrizes primas, dos donos dos transportes etc., e construir o seu governo de trabalhadores.

E esse governo de trabalhadores poderá realizar democraticamente a transformação da sociedade capitalista (sociedade dos patrões) em sociedade socialista (sociedade de todos os que até aqui nada mais fizeram do que enriquecer os patrões com o seu trabalho).

Essa mudança democrática e pacífica é possível. Democrática e pacificamente nós tivemos no Brasil a abolição da escravatura e a queda da monarquia. As condições atuais do mundo já permitem caminhar para o socialismo democrático, derrubar o capitalismo, sem o terror, sem o sangue, sem a ditadura, sem a morte das liberdades fundamentais da criatura humana.

A história nos mostra o exemplo da vitória do socialismo democrático na Inglaterra, que está caminhando gradual e progressivamente para a sociedade socialista e não tem necessidade de exterminar as liberdades sem

concentração popular a que ali se registou. Uma concentração de pessoas conscientes, que compareceram para ouvir a palavra do Partido Socialista que, assim, provou o quanto se encontra irmanado com os interesses populares, desmentindo, ao mesmo tempo, as calúnias e intrigas de quantos buscam afastar dele a massa trabalhadora, num esforço consciente para favorecer a reação.

O comício do 1.º de maio marcou uma data memorável nos annos do Partido Socialista em São Paulo. Se a palavra dos oradores socialistas tiver sido bem aprendida pela massa popular que lá se encontrava, em breve movimentos autonomistas eclodirão por todos os setores da classe operária de São Paulo, e então veremos, finalmente, o despertar dos trabalhadores para aquelas tarefas que lhes estão reservadas.

as quais a criatura humana deixa de ser uma criatura humana.

O Partido Socialista Brasileiro alimenta o mesmo ideal. A socialização gradual e progressiva da riqueza nacional, dos meios de produção e distribuição.

E faz um apelo a todos os que trabalham para os patrões, a todos os que são ex-

plorados no serviço de todo dia: — Lutemos, democraticamente, pacificamente, através das eleições, com a arma sociedade capitalista, (sociedade dos patrões), em sociedade socialista (sociedade dos trabalhadores), jamais esquecendo o lema sagrado da nossa campanha e do nosso ideal — SOCIALISMO E LIBERDADE.

RIO DE JANEIRO

(Conclusão da 8.a pág.)

licial", órgão officioso da polícia federal, esmerou-se em tirar uma série de fotografias de todos os oradores socialistas.

A ação da polícia contra o comício do Partido Socialista no Rio de Janeiro foi digna dos tempos da ditadura. Apesar de haver concordado na realização do comício, procurou por todos os meios impedir que dele se fizesse propaganda, afirma de que a massa trabalhadora não fosse ouvir a palavra dos oradores socialistas. Assim é que, na noite de 30 de abril, vários companheiros nossos que pregavam cartazes e distribuíam volantes, foram detidos pelos beleguins da polícia.

Ao mesmo tempo que registamos o sucesso do comício realizado no Rio de Janeiro, deixamos aqui o nosso veemente protesto contra mais essa arbitrariedade da polícia política, contrariando todos os dispositivos constitucionais em vigor.

INTERIOR

(Conclusão da 8.a pág.)

O Primeiro de Maio serviu também, para que grande parte da população do interior do estado que permanece afastada das atividades do P. S. B., delas tomasse conhecimento, podendo assim perceber que é o Partido Socialista, no momento, o único que, realmente, está irmanado com os trabalhadores, nas lutas pelos seus direitos e reivindicações fundamentais.

As próximas eleições Estaduais

(Conclusão da 3.a pág.)

oportuno, a respeito dessas questões. Entretanto, de não menor importância que o fato em si da escolha dos nomes, parece-nos ser o estado de espírito com que estamos encarando e vamos encerrar o próximo pleito.

Confessamos não ver o interesses que poderia haver para o partido socialista, para o programa socialista, para o futuro de nosso trabalho, para a conquista da opinião pública para nossos pontos de vista, para a nossa penetração no seio da massa trabalhadora — em nos manifestarmos, desde já, em favor de X, Y, ou Z. Muitos são os companheiros, entretanto, que querem a todo o pano precipitar o nosso pronunciamento em favor de um desses possíveis candidatos, alegando, como único argumento, que se trata de administrador comprovadamente operoso e honesto. Si tais qualidades são pessoalmente apreciáveis, elas são, entretanto, de todo insuficientes para justificar um apelo partidário, com o sentido ideológico que o nosso partido empresta às suas posições. A história, antiga ou contemporânea, está cheia de nomes de ditadores de toda natureza, que se caracterizaram pela honradez pessoal e pela operosidade funcional.

Parece, inclusive, que os temperamentos ditatoriais dão-se habitualmente ao luxo da correção pessoal, como compensação a seu arbitrarismo particular. De regra os ditadores são gente sóbria, que coloca o problema da ambição e validade pessoal em termos de poder, e não de luxo. Diz-se de Stalin que continua a levar vida de mosteiro, Hitler não se distinguia pelo esbanjamento, Salazar é conhecido por sua mania de economia e o próprio sr. Getúlio Vargas do que menos foi acusado foi de ter melido as mãos nas arcas públicas para proveito individual. Não vamos, evidentemente, fazer o elogio do bandoleirismo político, e sustentar que um bom candidato seria conhecido ladrão. Porém o que é certo é que, em termos de política, e de política de princípios, a honestidade em matéria financeira é absolutamente insuficiente como penhor de boa governança.

Não pretendemos aqui esgotar o assunto, que oferece numerosas outras faces. Aliás, dado o espaço de tempo que ainda nos separa de um pronunciamento definitivo sobre o assunto, sobrárá vagas para que ele seja de novo abordado, por nós e por outros companheiros.

ARNALDO PEDROSO D'HORTA

LIBERDADE E AUTONOMIA AOS SINDICATOS

ECOS DO PRIMEIRO DE MAIO INTERIOR

Conforme foi noticiado em nosso número passado, o Partido Socialista comemorou, em todo o Brasil, o dia 1.º de maio, emprestando a estas comemorações, não um caráter festivo, tal como o fez o ministério da indústria e do comércio, mas sim, assinalando o verdadeiro significado da data dos trabalhadores, isto é, um dia de luta e rememoração dos feitos de quantos operários e socialistas caíram na luta contra o regime capitalista.

Em São Paulo, as comemorações do primeiro de maio foram realizadas em várias cidades do interior. Obedecendo às diretrizes emanadas da Comissão Nacional no sentido de que esse 1.º de maio deveria ser dedicado à luta pela autonomia e liberdades sindicais, esse foi o tema principal de todos os comícios que se realizaram no interior do estado.

Até o momento em que encerramos os trabalhos da presente edição, tínhamos recebido informações do que haviam sido realizadas comemorações nas seguintes cidades:

SANTO ANDRÉ — O Partido Socialista em Santo André realizou um comício no largo da Estação, nele tendo discursado os comp. Syr Martins, Fenelon Chaves, Geraldo Campos de Oliveira, Marcelino Serrano e Rodrigues Mereço.

Em Santos, numa sessão promovida no Teatro Coliseu, falaram os companheiros J. Gonçalves Neto, João Carlos Azevedo, Sílvio Fortunato, Carlos Anselmo e Febus Gikovate.

Em Caçapava, num comício organizado na praça prin-

cipal, fizeram-se ouvir os companheiros Aristides Prado e Antonio Costa Correia.

Em Poá, pelo serviço local de altos-falantes, o companheiro Antonio de Freitas discorreu sobre o significado da data.

Em Jaú, na sede do Partido, à Rua Edgar Ferraz, 489, os socialistas locais promoveram uma sessão pública, em colaboração com a Sociedade Luis Gama.

Em Bauru os companheiros Nabor da Graça Leite e Mário Matosinho fizeram-se ou-

vir numa palestra radiofônica.

Atos comemorativos do 1.º de Maio foram também promovidos pelos socialistas de Campinas, Piracicaba e outras cidades, deles não nos tendo porém chegado, até o momento em que redigimos esta notícia, informações completas.

Dessa maneira, o Partido Socialista, seção de São Paulo, levou à população do interior do estado, através da palavra de seus oradores, o verdadeiro significado da data histórica de primeiro de maio.

E, o que é mais importante, emprestou de novo a esse dia o caráter de mobilização do proletariado para a defesa de seus direitos mais fundamentais, tais como o direito de greve e a liberdade de autonomia sindicais.

(Continua na 7.ª pág.)

AS DIVERSAS MANEIRAS DE COMEMORAR-SE O 1.º DE MAIO

Damos a seguir o texto do discurso pronunciado pelo comp. Cid Franco no comício realizado no dia 1.º de maio, na Praça João Mendes.

Como comemorar a data de 1.º de Maio o trabalhador do campo que enriquece o dono da terra e vive na miséria?

Como comemorar o Dia do Trabalho o operário que enriquece o dono das máquinas e ganha apenas o indispensável para as despesas de alimentação, moradia e roupa?

Como comemorar o Dia do Trabalho o comerciante cujo patrão o ex-plora por todos os meios imagináveis e inimagináveis?

Como comemorar o Dia do Trabalho o operário da Light, da Telefônica ou da Compa-

nhia de Gás, por exemplo, vítima de um grupo de empresas estrangeiras que constitui verdadeiro poder político dentro do Brasil, tão forte que tem a seu serviço, como advogados, ex-interventores, ex-governadores atuais, governadores, deputados, senadores e o próprio secretário da Presidência da República, empresas cujos lucros são fabulosos, mas que, para concederem ridículo aumento aos seus empregados, aumentam tarifas, arrancando mais dinheiro do bolso do povo?

Como comemorar o dia do Trabalho aquele jovem operário que encontra tuberculose, em visita recente ao Hospital-Sanatório do Mandaqui, em

(Continua na 7.ª pág.)



Parte da massa trabalhadora que ocorreu ao comício do P. S. B., em São Paulo

Alcançou grande sucesso o comício do Partido Socialista em São Paulo

CERCA DE 3.000 PESSOAS ESTIVERAM PRESENTES À CONCENTRAÇÃO DO PRIMEIRO DE MAIO, PROMOVIDA PELO P. S. B. — OS ORADORES — OUTRAS NOTAS

Conforme havia sido amplamente anunciado, realizou-se no dia primeiro de maio, no largo 7 de setembro, a concentração do Partido Socialista, promovida para comemorar condignamente a data dos trabalhadores, fazendo com que fosse ressaltado seu verdadeiro caráter de mobilização da classe trabalhadora em torno da luta pelos seus direitos fundamentais. A comemoração promovida pelos socialistas de São Paulo, ao lado do seu caráter de luta pela autonomia e liberdade sindicais, serviu também para fazer ver aos trabalhadores o engodo que constituíam as concentrações festivas promovidas pela burguesia brasileira, através do Ministério da Indústria e do Comércio e de SESI, SESC e coisas que tais.

As 16 horas, quando se iniciou o comício, grande massa popular já estava concentrada no largo 7 de setembro, atenta às palavras que os ora-

dores socialistas iriam lhes disser.

OS ORADORES

Abriu o comício o comp. Hozair Motta Marcondes, presidente da Comissão Municipal de São Paulo, que disse do sentido da data dos trabalhadores e daquela reunião pública promovida pelo Partido Socialista, visando levar à classe trabalhadora uma palavra de ordem de luta pela autonomia e pela liberdade sindicais.

Após a palavra do comp. Hozair Marcondes, seguiram-se com a palavra os comp. Cleo Viana, Elidio Fernandes, João da Costa Pimenta, que fez um relato dos acontecimentos de 1.º de maio de 1886, bem como da necessidade de unirem-se os trabalhadores na luta pela liberdade de seus sindicatos - João Soares, Geraldo Campos de Oliveira, Cid Franco - cujo discurso vai transcrito em outro local desta edição - Monteiro Gondim, Marcelino

Serrano, Luiz Lobato, Domingos Taveira, Sofia de Campos Teixeira, Aristides Lobo e Oliveira S. Ferreira.

GRANDE ENTUSIASMO

Apesar dos 14 oradores terem-se demorado na tribuna pelo espaço de 2 horas e meia, a massa popular, calculada em cerca de 3.000 pessoas, lotando literalmente o largo 7 de setembro e imediações, permaneceu atenta às palavras dos oradores socialistas que, cada um a seu modo, traduziram para seus companheiros trabalhadores o significado daquela comemoração, a única verdadeiramente operária que se fazia em São Paulo. Uma comemoração que tinha um sentido de luta, proclamando os trabalhadores para unirem-se em torno da bandeira da autonomia e liberdade sindicais.

A massa operária que ocorreu ao comício demonstrou grande entusiasmo e receptividade às palavras dos oradores.

(Continua na 7.ª pág.)

Folha Socialista

O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro

A exemplo do que foi realizado em todo o Brasil, a Comissão Nacional do Partido Socialista realizou no Distrito Federal um comício comemorativo do dia primeiro de maio, ao qual afluiu considerável massa popular.

No Rio de Janeiro, o comício do Partido Socialista foi, como no resto do Brasil, a única comemoração pública e autenticamente operária da data dos trabalhadores. Desde a queda da ditadura Vargas, que instituiu o caráter festivo desse dia de lutas, foi o comício do Partido Socialista o primeiro ato público comemorativo do 1.º de maio que se realiza no Rio de Janeiro.

Vários foram os oradores que se fizeram ouvir nesse comício, entre eles os comp. Plínio Mello, de São Paulo, Hugo Dourado, Hilar Leite, Hermes Lima Domingos Velasco, João Mangabeira, Mario Pedrosa e Osório Borba.

O discurso do comp. Mangabeira, finalizando o comício, foi entusiasticamente aplaudido pela assistência que ocorreu ao comício, mormente quando, depois de fazer um crítica geral da sociedade capitalista e do desvirtuamento que vinha sendo feito do significado do dia do trabalho, disse que, ao contrário do que era preceituado antigamente, hoje em dia há muitas pessoas que comem sem trabalhar.

Ao terminar sua alocução, o comp. Mangabeira conceitou a massa trabalhadora em geral para que se una na conquista da liberdade de seus sindicatos, e firme determinação de realizar os ideais socialistas, resumidos no lema do Partido Socialista: "Socialismo e Liberdade".

A polícia federal esteve presente ao comício, acompanhando os discursos com muita atenção. Um fotografo do jornal "Brasil Po-

(Continua na 7.ª pág.)